

O autor trabalha a necessidade de repensar os fundamentos da ética teológica. No centro está a relação fé-razão, humanidade e transcendência. Para a filosofia ética, é um grande dilema fundamentar a moral na religião, o que serviria apenas para o crente. Mas como ficaria o não crente, ou quem possui uma crença diferente? Esse dilema faz com que não poucos compreendam que o discurso da moral religiosa é restritivo, e até mesmo autoritário. Em seguida, o autor afirma que é no horizonte da teologia que se compreende de modo adequado a relação ética-religião. Aqui, fé e razão, humanidade e transcendência não se excluem. Mas é preciso fundamentar essa relação, o que é feito de dois principais modos: uma «ética exortativa», cuja visão é limitada ao campo da fé; uma «ética teológica interdisciplinar», que abre a reflexão para o horizonte complexo da realidade humana, dialogando com a pluralidade dos saberes. Na América Latina, é neste contexto que se situa a «ética da libertação», em diálogo com o contexto social.

A ética teológica e a questão da fundamentação

*Pe. Márcio Bolda da Silva **

* O Autor é Doutor em Teologia Moral e em Filosofia, e atualmente leciona na PUCRS, em Porto Alegre



Em qualquer debate, atualmente, sobre a questão ética, um tema que não pode ficar de fora é a problemática acerca da fundamentação. É uma exigência que, à primeira vista, se apresenta necessária. É fácil de entender a importância dessa necessidade, se tivermos presente o horizonte do dia-a-dia em que a nossa existência se projeta. A convivência diária, o relacionamento com as pessoas, de tanto em tanto, nos lançam em situações de questionamento que fogem da superficialidade e exigem de nós um posicionamento mais radical.

Empregamos, aqui, a palavra “radical”, dando ênfase ao seu sentido etimológico. Radical, em seu sentido primeiro, diz respeito à “raiz”. Daí que quando fazemos afirmações radicais ou quando expomos certezas com radicalidade, pressupomos que o que se afirma como “certo” assim o é, porque se demonstra como certeza “fundada” ou “fundamentada”. Com palavras mais simples, isso significa que precisamos apresentar “boas razões”, quando intencionamos mostrar nossos argumentos como convincentes.

A partir dessa observação fica claro que as “boas razões” são plausíveis e persuasivas, porque a “base” ou o “fundamento” sobre o qual elas estão apoiadas é seguro.

É evidente que, sob essa ótica, “seguro” indica apenas o fato de que a “razão” só pode ser “boa”, quando é objetiva, clara, precisa, verdadeira...

Por que muitas das nossas opiniões, no bate-papo diário, não são levadas em consideração ou não têm credibilidade? Jogamos tanta conversa fora, e por que a maioria se perde ou tão logo se dilui em esquecimento? A resposta para essas indagações, nós a temos na ponta da língua: - são opiniões sem “fundamento”.

Diante disso, é importante perceber como essa questão, a do fundamento, é relevante e ao mesmo tempo intrigante. Nas conversas informais, brigamos, discutimos, pois achamos que o que o outro afirma não é verdadeiro, não tem fundamento... Retrucamos que não passa de fofoca... Ou nada mais é do que uma simples opinião.

Saindo do horizonte cotidiano, constatamos que no âmbito do conhecimento a questão do fundamento também divide... Divide a filosofia, a ciência, a ética... Nessas áreas, as querelas, as controvérsias sobre a possibilidade do “saber fundado” se perpetuam no tempo. E não há como vislumbrar um possível consenso nem tentativa de conciliação, uma vez que os posicionamentos aparecem diametralmente opostos.



O campo da ética teológica não foge a essa regra. A reflexão teológico-moral atual comporta paradigmas de fundamentação com perspectivas diferentes. Mas antes de fazermos essa confrontação, vale a pena conferir que de fora de seu horizonte interpretativo a ética teológica sofre severas críticas.

1 O dilema

No panorama atual de ética filosófica, a reivindicação por uma fundamentação religiosa da moral não é vista com bons olhos. É corrente a opinião de que é algo caduco, totalmente ultrapassado, a tentativa de fundar normas morais na religião.

Já é conhecida, como clássica, a posição de Kant, que compreende a fundamentação religiosa como moral heterônoma. Fundada na vontade de Deus, este tipo de moral está impossibilitada de reconhecer o valor da autonomia do ser humano enquanto é capaz de auto-determinar-se como ser racional. Todavia, para o mundo plural em que vivemos, a denúncia parte de um argumento muito simples: a moral fundada na religião só pode ser pensada como uma moral para o “crente”. A fundamentação religiosa das normas morais é formulada em vista daquele que crê. Ela forçosamente pressupõe a realidade do crente. Neste caso, o vínculo que liga o crente à moral religiosa é tão estreito que parece até indissolúvel. Daí a dificuldade: como ficam os que não pertencem ao âmbito da fé? Como incluí-los? Como estender em dimensão de universalidade o espaço ético que se restringe à vivência de um grupo?

Além disso, segundo E. Tugendhat, “seria intelectualmente desonesto manter-se ligado a respostas religiosas para as questões morais, apenas porque elas permitem soluções simples, o que não corresponderia nem à seriedade das questões, nem à seriedade exigida pela crença religiosa. Entretanto, também o crente não pode mais fundar suas normas morais em sua crença religiosa, pelo menos se ele leva a sério o não-crente e aquele que possui uma crença diferente da sua. Pois a observância de normas morais é algo que podemos exigir de todos (de qualquer forma, assim parece ser), e, para podermos fazê-lo, devemos também esperar que isso possa ser tornado compreensível para todos”¹.

¹ E. TUGENDHAT, *Lições sobre ética*. Petrópolis, Vozes, 2000, 13.



Desse modo, o discurso da moral religiosa é restritivo. Está endereçado exclusivamente ao grupo de “seguidores”, de “fiéis”... Mesmo que a sua orientação tenha por propósito se dirigir a todos, a pretensão de universalidade fica encoberta pela tendência ao sectarismo.

Há uma outra acusação, a de que as morais de cunho religioso têm um perfil autoritário. Este caráter parece inevitável. Se em Deus se encontra a fundamentação absoluta, conseqüentemente a imagem da autoridade religiosa tem uma ascendência privilegiada. Tal privilégio se justifica em função do “papel magisterial”, para o qual a autoridade religiosa se autoreconhece designada.

Afirmando fidelidade ao núcleo de verdades absolutas de sua fé, toda autoridade religiosa se faz ciosa da função de interpretar e traduzir normativamente o que deve pautar o comportamento moral. É como se delegasse a si mesma o poder exclusivo de enunciar se um juízo moral a respeito de um determinado comportamento é bom ou mau.

O que está investido de autoridade, no fundo, considera que esta investidura lhe dá o poder de colocar limites entre o que deve ser permitido ou proibido. A delimitação das fronteiras do bem e do mal em relação à conduta e ao julgamento moral necessariamente passa pelo crivo judicativo e repressor de quem acredita estar em posse legítima do verdadeiro depósito de fé, sem o qual a reta interpretação dos “bons costumes” não encontraria seu fundamento mais sólido.

No entanto, essa certeza tão segura de sua legitimidade acarreta conseqüências reais que, em alguns contextos histórico-culturais, se apresentam desastrosas. Na opinião dos críticos mais contumazes, a moral religiosa é por essência autoritária. E esta natureza contextualmente pode converter-se em autoritarismo, legalismo... No plano histórico, estas discrepâncias têm a cara impiedosa da discriminação, da perseguição contra os que são considerados “transviados”, isto é, os que não trilham a via reta, a via dos “bons costumes”...

Avançando um pouco mais, não podemos deixar de fazer menção ao fato da desorientação ética, a partir dos séculos XVII, XVIII, que surgiu do declínio da fundamentação religiosa. “Como podemos, como devemos nos posicionar em relação à ética, depois que a fundamentação religiosa deixou de existir? (...) Se o julgamento moral é um ingrediente inevitável da nossa vida, então deveria resultar um dilema, no caso de que o julgamento moral implicasse, por um lado, validade universal e, por outro, devesse evidenciar-se como histórico e socialmente relativo. É



possível julgar moralmente sem acreditar que o seu julgamento está fundado?”².

Aí está o problema crucial com o qual a ética filosófica se depara. É particularmente no contexto atual que essa dificuldade se intensifica ainda mais, cuja tensão se visualiza na multiplicidade de perspectivas éticas frontalmente antagônicas. Tal disparidade de posições reflete o fracasso da fundamentação kantiana e a concepção nietzschiana de que depois da negação da fundamentação religiosa a moral em seu sentido comum acabou, visto que todo conceito de bem, de valor, de virtude é relativo. Nas palavras de Dostoievski, em “Os Irmãos Karamazov”, esta advertência ressoa assim: “Se Deus não existe, tudo é permitido”.

De fato, em questão de moral, tudo é permitido? Será que nenhum juízo moral ultrapassa as fronteiras do contexto histórico-cultural ou do âmbito sócio-econômico? É somente em vista do contexto, que normativamente o valor moral deve ser questionado e compreendido? Se o julgamento moral, a relação e convivência ética são inevitáveis, é possível chegar à formulação de um juízo moral que possa ser eleito como válido para todos? Em que critério ético estaria fundada esta suposta validade universal?

É diante desse dilema profundo que a reflexão ética atual se defronta. Com ele se debate, vivendo da impressão de que todo caminho que se percorre, nada mais é do que uma via estreita, tortuosa³... Apenas uma via, acenando para um horizonte vasto e complexo como é a questão acerca do sentido de bem.

2 Pelo caminho da ética teológica

Voltando-nos agora para dentro do âmbito da ética teológica, o que de fora, como vimos acima, é duramente questionado e considerado ultrapassado, no plano da Teologia Moral ascende como certeza fundamental. O discurso teológico-moral tem consciência de que é um saber ético, mas de corte teológico.

² *Ibid.*, 14.

³ Não vamos adentrar no campo da ética filosófica, pois este não é o objetivo de nosso artigo. Para quem tiver interesse em aprofundar esses questionamentos, vale a pena a leitura da obra, já citada, de E. Tugendhat e também de J. Russ, *Pensamento ético contemporâneo* (Paulus, 1999).



A síntese entre ética e teologia dá “alto valor à constatação de a moral da Revelação ser a verdadeira moral da razão”⁴. Na visão da ética teológica, fé (revelação) e razão não se excluem, como também a autonomia do ser humano pode permanecer aberta ao transcendente. Não são realidades contrapostas, nem exigências que se neguem reciprocamente.

O discurso teológico-moral vive da convicção de que é possível colocar em sintonia a realidade humana com a realidade divina. Com esta integração o ser humano só tem a ganhar. “Sem esse plano humano ou religioso, que motiva e dá coerência às múltiplas renúncias e escolhas com as quais a pessoa tem de defrontar-se na vida, tornam-se inexecutáveis sua harmonia e sua integridade psicológica, necessárias para o seu equilíbrio”⁵.

Uma autêntica ética teológica sabe que a via a ser perseguida é o caminho do meio, pois a inclinação para os extremos leva aos abismos intransponíveis. É mantendo-se em posição intermediária que a Teologia Moral descobre a tarefa ingente para a qual se destina, a conciliação entre razão e sobrenatural. Sua identidade mais genuína se encontra na proposta de integrar o plano humano e o divino. Ninguém duvida de que uma ética da fé que não se apresenta racional leva a vivência religiosa a mergulhar no abismo da alienação... Do contrário, também se tem prova de que uma ética da razão totalmente avessa à existência de valores universais tende a ser conivente com situações desumanas...

Sob a perspectiva cristã, a ética teológica está orientada a encontrar o seu ponto de equilíbrio na pessoa divina de Jesus Cristo, pois em Jesus o humano e o divino se integram de modo pleno. A plenitude da revelação nele acontece como manifestação de que tudo o que diz respeito ao humano permeado está pela presença salvífica de Deus.

É inegável, então, que é a partir desse testemunho que a ética cristã funda a razão última do compromisso moral. Nele descobre a sua especificidade. É também nele que impreterivelmente situa o seu campo de investigação. Segundo o tema que estamos estudando, não deixa de ser o fundamento como se fosse uma fonte da qual emanam as motivações que dinamizam o empenho moral.

⁴ F. BÖCKLE, *Moral Fundamental*. SP, Loyola, 1984, 16.

⁵ E.L. AZPITARTE, *Fundamentação da ética cristã*. SP, Paulus, 1995, 11.



É importante salientar que o discurso teológico-moral não pode perder de vista essa perspectiva. Sua coerência e coesão se demonstram e, principalmente, se evidenciam pela habilidade de saber articular as relações entre Deus e o mundo. Seu núcleo mais profundo reflete a conciliação entre a realidade humana e a divina, justamente por que o sentido último de seu estatuto se apóia na identidade de Jesus como homem e como Deus.

A singularidade dessa revelação marca profundamente a especificidade da ética cristã. É uma ética que se define em contexto de fé, para além do qual estende a universalidade de seu empenho como abertura irrestrita à construção do humano. Seu compromisso moral por excelência é essa atuação sobre toda a realidade histórico-social. Um intuito vigoroso alimenta esse desafio, a transformação do mundo em consonância com o plano de Deus.

Nesse sentido, o empenho moral torna a fé dinâmica, eficaz, pois “a fé que não incide na realidade humana é um fator alienado e alienante; dentre as formas de incidência que a fé adota, destaca a incidência empenhativa e transformativa. Essa é a ética”⁶.

Poderíamos dizer que essa é a ética teológica. Na posição de se manter em mediação, ela define a sua identidade específica. A fé não está à margem da ética e vice-versa. São realidades diferentes mas não antagônicas.

3 As tentativas de fundamentação

O ponto de equilíbrio entre fé e ética é o próprio nó górdio com o qual toda tentativa de fundamentação no campo da reflexão teológico-moral precisa defrontar-se. O modo de articulá-lo, de focalizá-lo, é determinante para a identificação dos paradigmas de fundamentação. A partir dele se contrapõem as posturas diferentes, se particularizam as chaves interpretativas. No panorama atual de Teologia Moral, segundo a nossa interpretação, existem duas grandes tendências.

⁶ M. VIDAL, *Moral de Atitudes I*. Aparecida (SP), Santuário, 1993, 152. M. Vidal define a ética como a mediação praxica da fé. “Enquanto mediação, a ética exerce um claro influxo sobre a fé: torna-a “eficaz”, proporciona-lhe mecanismos de “autocorreção”, ajuda-a a conseguir a “maturidade”. Numa palavra, a ética é a “verificação” da fé enquanto a torna “patente” e “plausível” (*Ibid.*, 152).



A primeira, vamos denominá-la de **ética teológica exortativa**. A sua visão é limitada ao campo da fé. É de modo particular uma ética elaborada para alimentar o testemunho e a vivência cristã. Não foge muito do molde da ética parenética. Por isso, a sua designação de ética teológica “exortativa”. Funciona aos ouvidos do crente propriamente como uma exortação, cujo objetivo primordial propõe esclarecer o conteúdo da fé que tem incidência direta no comportamento moral. Ou, ainda, tem por finalidade aprofundar as autênticas motivações de fé que sustentam a coerência da conduta cristã.

É o tipo de fundamentação preocupada com as bases religiosas nas quais a identidade cristã está radicada. Esta postura de ir à base da fé cristã, entendida até como “fonte” de identidade específica, possibilita pensar e sistematizar a Teologia Moral sob uma gama diversificada de enfoques. As tentativas são múltiplas. Por exemplo, já se tentou mostrar a fundamentação da moral cristã como *sequela Christi*, a partir da categoria *reino de Deus*, sob a ótica do *mandamento novo*. Há também quem optou pela idéia de diálogo entre Deus-homem visto como *chamada-resposta*, ou pelo tema da *aliança*, ou pelo binômio *graça-pecado*. Já houve quem inseriu a ética cristã dentro do conceito de *ethos bíblico*.

A possibilidade de ir às bases religiosas da ética cristã favorece muitas opções de abordagem. Normalmente o que caracteriza essa postura é a centralidade que se dá a uma idéia ou a um tema, analisados como fundamentais para a compreensão do ser e do agir cristão. E talvez seja este o limite implícito nesse modo de conceber a ética teológica. Se o seu perfil tem tudo a ver com a “exortação”, o seu discurso se desenvolve muito próximo do campo da espiritualidade. Algumas tentativas soam mais como “apelos” morais, cujo teor espiritual é fortalecer e firmar a adesão à fé.

Entretanto, o limite principal que condiciona o discurso da ética teológica exortativa é o próprio âmbito dentro do qual se move, o *contexto da fé*. Este sobressai como o lugar adequado para justificar a moral do crente. O dinamismo da fé é a própria razão fundante na qual a ética teológica obtém o seu sentido maior. Por conseguinte, em termos de extensão, a ética teológica exortativa é uma *ética restritiva*.

Para além do horizonte restritivo a segunda tendência se projeta, e vamos designá-la de **ética teológica interdisciplinar**. É claro que esta tendência não nega o contexto da fé, pois nele se descobre enraizada assim como dele haure a sua originalidade. A sua proposta, porém, enfatiza



a necessidade de abrir-se para o horizonte complexo da realidade humana, para os diferentes contextos histórico-sociais. Acredita que esta abertura proporciona uma compreensão mais crítica das questões éticas fundamentais, como também torna mais palpável a relação e o significado que elas adquirem no contexto da fé.

“Interdisciplinar” subentende a idéia de que, em ética, a complexidade das questões se dá dentro de uma análise que inevitavelmente se confronta com formulações diferentes, com campos do saber inter-relacionados. Mais do que qualquer outro, o discurso teológico-moral tem em conta a importância de manter-se vinculado à pluralidade dos saberes autônomos. Esta exigência se apresenta até como necessidade vital, a fim de que não termine encerrado no âmbito da fé e não se esvazie em uma autovalidação tautológica.

A interdisciplinaridade se manifesta de modo explícito na proposta sistemática dos dois paradigmas mais relevantes do atual panorama de Teologia Moral. O que está ligado às teologias do Primeiro Mundo, chamado de *autonomia teônoma*, se embrenha no desafio de dialogar com as Ciências Humanas. Nesse diálogo tenta mostrar que “o discurso teológico-moral, se quer ser um saber crítico-constutivo da realidade, tem de se estruturar com idêntica complexidade: deve aceitar em seu interior as mediações ético-antropológicas autônomas ao mesmo tempo em que põe em jogo as categorias também autônomas de sua específica dimensão religioso-cristã. Somente assim pode ser e aparecer como um autêntico discurso teológico-moral com estrutura e função “teândricas”⁷.

Vinculado às teologias do Terceiro Mundo, o paradigma da *ética da libertação*, por dar ênfase às estruturas sócio-econômicas como elementos configuradores da existência humana, prioriza o diálogo com as Ciências Sociais. Essa ligação é inevitável. O projeto que assume o pobre como “lugar ético-teológico”, num primeiro momento, reconhece que precisa saber lidar com a mediação sócio-analítica.

Não vamos entrar em detalhes a respeito do conteúdo, das limitações desses dois grandes paradigmas, pois a bibliografia sobre eles é ampla. Das múltiplas tentativas de fundamentação da ética teológica um desafio se destaca pertinente. Em perspectiva teológico-moral, “fundamentar” passa pela exigência de construir pontes entre a realidade humana e a divina, entre o contexto da fé e o histórico-social...

⁷ M. VIDAL, *Ética teológica. Conceitos Fundamentais*. Petrópolis, Vozes, 1999, 223.